

23/06/2016 17h35 - Atualizado em 23/06/2016 17h35

23/06/2016 17h35 - Atualizado em 23/06/2016 17h35

## TCE-PI chamará Sasc e PMT para resolver impasse de corpos no IML

Objetivo é solucionar o problema dos 51 corpos que estão no local. Tribunal quer que Sasc pague pelo sepultamento dos corpos.



Tribunal de Contas do Piauí (Foto: Catarina Costa/G1 PI)

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) convocará a Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Estado (Sasc) e a prefeitura de Teresina para propor um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) sobre a responsabilidade pelos sepultamentos de corpos indigentes e/ou não identificados na capital. A corte de contas vai ainda autorizar a Sasc a custear o enterro dos corpos que se

encontram no Instituto Médico Legal (IML) à espera de sepultamento.

As decisões saíram na sessão plenária desta quinta-feira (24). O objetivo é solucionar emergencialmente o problema **dos 51 corpos que estão se amontoando no IML** à espera de sepultamento, situação classificada de “absurda” e “desumana” por todos os conselheiros. Os corpos não são sepultados porque há um impasse entre a Sasc e a Prefeitura quanto à responsabilidade pelo custeio das urnas funerárias.

A Sasc alega que há decisão técnica do TCE-PI recomendando à pasta se abster do pagamento do serviço, sob pena de responsabilização do gestor por desvio de finalidade, por conta de entendimento de que é o município o responsável pelos sepultamentos. A prefeitura, por sua vez, argumenta que não tem recursos orçamentários para custear os sepultamentos. A conselheira Lílian Martins argumentou que a responsabilidade pelo sepultamento deve ser do município, mas, observou, historicamente a Sasc tem assumido o custo pelo serviço.

Os conselheiros concordaram, mas defenderam por unanimidade a adoção de uma medida emergencial para solucionar o problema. Relator do processo de prestação de contas da Sasc deste ano, Jackson Veras propôs chamar a Sasc e a Prefeitura para assinarem um TAC para resolver o impasse, e que o TCE-PI autorize a Sasc a continuar comprando urnas funerárias este ano para sepultar os corpos de indigentes, sem pena de responsabilização do gestor na análise das contas.

Ao mesmo tempo, propôs que a Prefeitura seja notificada para se organizar financeiramente a fim de assumir o custeio do serviço. As propostas foram aprovadas pelo Pleno.

**MP propõe enterros**

Diante do acúmulo de mais de 50 corpos no Instituto Médico Legal de Teresina (IML), o Ministério Público Estadual (MPE) **recomendou nesta quinta-feira (23) que a Prefeitura de Teresina realize, em caráter de emergência, a compra de caixões** e a realize o sepultamento desses corpos sem a necessidade de processo licitatório.

A determinação considerou um ofício enviado pelo Departamento de Polícia Técnica e Científica informando a existência de cadáveres (adultos e crianças) indigentes, desconhecidos ou não reclamados por familiares.

<http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2016/06/tce-pi-chamara-sasc-e-pmt-para-resolver-impasse-de-corpos-no-impl.html>

NOTÍCIAS MUNICÍPIOS BLOGS POLÍTICA ENTRETENIMENTO CONCURSOS FOTOS VÍDEOS

  
BrVox  
24 de Junho de 2016

  
**BrJus**  
Daniel Silva

Fotos Vídeos

Procurando Algo?

Piauí 180graus Política Justia Servidores  
99) 9990-4400 danielsilvapi@gmail.com @danielsilvapi Daniel Silva

RSS Regras do Blog

  
INFORME ESPECIAL:  
"Café Legislativo"  
do 180graus reúne  
deputados  
estaduais do Piauí

  
FRANCISCO COSTA  
Francisco Costa  
participou da  
abertura oficial do  
XIII Festival de

Foi multado em 1.000 UFR-PI - 23/06/2016 às 12h14

## TCE-PI julga irregular contas de gestão do ex-prefeito de Cajazeiras do Piauí

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), por meio da Primeira Câmara, julgou as contas de gestão do ex-prefeito de Cajazeiras do Piauí, Deocleciano Ferreira Torres, o Ferreirinha, na gestão 2012, irregulares.

A decisão foi unânime, concordando parcialmente com a manifestação do Ministério Público com fundamento no art. 122, inciso III da Lei Estadual nº 5.888/09.

Decidiu ainda, unânime, pela aplicação de multa ao gestor no valor correspondente a 1.000 UFR-PI, a ser recolhida ao Fundo de Modernização do Tribunal de Contas-FMTC.

<http://180graus.com/brjus/tcepi-julga-irregular-contas-de-gestao-do-exprefeito-de-cajazeiras-do-piaui>



## Tribunal de Contas aprova prestação de contas de Júnior Percy

Na tarde desta quarta-feira (22), o Tribunal de Contas do Estado do Piauí julgou e aprovou por unanimidade as contas de Júnior Percy.

As referidas prestações de contas são relativas aos anos de 2011 e 2012, período em que o atual pré-candidato à Prefeitura de Buriti dos Lopes, exercia a função de Presidente da Câmara Municipal de Vereadores. A regularidade das contas no julgamento feito TCE, habilitam Júnior Percy a concorrer nestas eleições de 2016.

Imagem: Boca do Povo



Júnior Percy

O pré-candidato informou que esta decisão servirá para tranquilizar seus milhares de amigos eleitores, pois nos últimos anos muitos lardearam de maneira mentirosa e desesperada que o mesmo não poderia ser candidato a prefeito. Acredita ainda que, este resultado lhe estimula muito mais para a jornada que se inicia, e completou dizendo aos seus correligionários que aguardem as boas novas, pois novos apoios à sua candidatura deverão ser divulgados em breve.

<http://www.gp1.com.br/blogs/tribunal-de-contas-aprova-prestacao-de-contas-de-junior-percy-396870.html>

Sexta-feira

Teresina, 24 de junho de 2016



# DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,  
VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

WhatsApp

(86) 98889-9588

• ANO XXIX Número 10.800

• www.diariodopovo-pi.com.br

• Piauí: R\$ 2,00 - Outros Estados R\$ 3,50

## IMPASSE

# TCE-PI quer solução para corpos no IML

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) convocará a Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Estado (Sasc) e a Prefeitura de Teresina para propor um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) sobre a responsabilidade pelos sepultamentos de corpos indigentes e/ou não identificados na capital. A Corte de Contas vai ainda autorizar a Sasc a custear o enterro dos corpos que se encontram no Instituto Médico Legal (IML) à espera de sepultamento.

As decisões saíram na sessão plenária de ontem a partir de proposta do conselheiro-substi-

tuto Jackson Veras. O objetivo é solucionar emergencialmente o problema dos 51 corpos que estão se amontoando no IML à espera de sepultamento, situação classificada de "absurda" e "desumana" por todos os conselheiros presentes na sessão desta quinta-feira. Os corpos não são sepultados porque há um impasse entre a Sasc e a Prefeitura quanto à responsabilidade pelo custeio das urnas funerárias.

A Sasc alega que há decisão técnica do TCE-PI recomendando à pasta se abster do pagamento do serviço, sob pena de responsabilização do

gestor por desvio de finalidade, por conta de entendimento de que é o Município o responsável pelos sepultamentos. A Prefeitura, por sua vez, argumenta que não tem recursos orçamentários para custear os sepultamentos. A conselheira Lílian Martins argumentou que a responsabilidade pelo sepultamento deve ser do município, mas, observou, historicamente a Sasc tem assumido o custo pelo serviço.

Os conselheiros concordaram, mas defenderam por unanimidade a adoção de uma medida emergencial para solu-

cionar o problema. Relator do processo de prestação de contas da Sasc deste ano, Jackson Veras propôs chamar a Sasc e a Prefeitura para assinarem um TAC para resolver o impasse, e que o TCE-PI autorize a Sasc a continuar comprando urnas funerárias este ano para sepultar os corpos de indigentes, sem pena de responsabilização do gestor na análise das contas. Ao mesmo tempo, propôs que a Prefeitura seja notificada para se organizar financeiramente a fim de assumir o custeio do serviço. As propostas foram aprovadas pelo Pleno.

10 Geral

# Zózimo Tavares

zozimotavares@ig.com.br

Interino Mussolini Guedes

## Desrespeito aos mortos

livre-pensar



O Pleno do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) discutia ontem a situação dos 51 corpos de indigentes que se amontoam no Instituto Médico Legal (IML) enquanto Governo do Estado e Prefeitura discutem de quem é a responsabilidade pelo sepultamento. A discussão girou em torno da visível insensibilidade dos gestores dos dois órgãos em procurar um entendimento para resolver o drama. O conselheiro-substituto Jaylson Campelo perdeu a paciência:

- Eles (gestores) não cuidam nem dos vivos! Deveriam pelo menos respeitar e dar tratamento digno aos mortos!

## TCE diz ser "absurda" e "desumana" situação de corpos amontoados no IML

**Corte de Contas convocou a PMT e a Sasc com o intuito de encontrar solução para o problema**

Geno Penteado  
Ponteiro/Divulgação

Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) definiram como "absurda" e "desumana" a situação em que se encontram 51 corpos de indigentes ou de pessoas não identificadas que estão se acumulando há meses no Instituto Médico Legal de Teresina.

Diante do quadro grave, o Corte de Contas decidiu convocar a Secretaria de Assistência Social e Cidadania do Estado (Sasc) e a Prefeitura de Teresina para emitir um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) destinado a buscar uma alternativa que possibilite o sepultamento de todos os corpos que estão no IML.

Há semana, a promotora de Justiça Leide Diniz chegou a dar um prazo de 48 horas

para que a Sasc, a Prefeitura e o IML resolvessem o problema. E chegou a declarar que ela própria iria realizar uma "vaquinha" para comprar os caixões, caso necessário.

A situação é tão crítica que alguns corpos estão aguardando sepultamento há cerca de um ano, conforme informou a própria diretoria do instituto.

De antemão, o tribunal decidiu autorizar a Sasc a custear o enterro dos corpos que se encontram no local à espera de sepultamento.

As decisões ocorreram na sessão plenária ontem (24), a partir de proposta do conselheiro-substituto Jackson Verra. O objetivo é solucionar emergencialmente o problema dos 51 corpos que estão se amontoados no IML.

Os corpos não são sepultados porque há um impasse entre a Sasc e a Prefeitura quanto à responsabilidade pelo custo das urnas funerárias.

A Sasc alega que há decisão técnica do TCE-PI recomendando a pasta abster-se do pagamento do serviço, sob pena de responsabilização do gestor por falta de finalidade, em função do prévio entendimento de que o município é o responsável pelos sepultamentos

A Prefeitura, por sua vez, argumenta que não tem recursos orçamentários para custear os sepultamentos. A conselheira Lilian Martins argumentou que a responsabilidade pelo sepultamento deve ser do município. No entanto, ela observou que, historicamente, a Sasc tem assumido o custeio do serviço.

Todos os conselheiros concordaram, e defenderam a adoção de uma medida emergencial para solucionar o problema. Relator do processo de prestação de contas da Sasc deste ano, Jackson Verra propôs chamar a Sasc e a Prefeitura para assinarem um TAC com o propósito resolver o impasse.

Enquanto uma solução definitiva não é encontrada, o TCE-PI autoriza a Sasc a continuar comprando as urnas funerárias este ano para sepultar os corpos de indigentes, sem pena de responsabilização do gestor na análise dos balancetes.

Au mesmo tempo, o tribunal propôs que a Prefeitura seja notificada para se engajar financeiramente a fim de assumir o custeio do serviço. As propostas foram aprovadas pelo Pleno.



No IML de Teresina se encontram 51 corpos de indigentes ou de pessoas não identificadas.

## Diretor do IML diz que falha na comunicação entre órgãos provocou imbróglio

Em entrevista ao portal O DIA, o diretor do Instituto Médico Legal, Janiel Guedes, afirmou que uma falta de comunicação entre a Sasc, a Prefeitura e o TCE provocou a suspensão do serviço de fornecimento das urnas funerárias.

"As duas têm dinheiro para resolver o problema. Acontece que o TCE disse que a Sasc não poderia comprar as urnas porque a nova lei de registros públicos diz que é dever da Prefeitura. E a Prefeitura não

está comprando porque acha que não é incumbência dela", afirma o diretor.

Janiel diz ainda que, nos últimos dias, cinco corpos foram liberados para suas famílias, depois que o caso ganhou repercussão na imprensa.